

ALGUNS ASPECTOS DA GUERRA CONTRA OS HOLANDESES

(1624 - 1654)

TIPOS DE COMBATENTES E DE CHEFIAS

GUSTAVO MORAES RÊGO REIS

Ten-Cel Cav (QEMA)

No conjunto de assuntos relativos à Guerra contra os Holandeses, programados pela Diretriz Geral de Instrução de 1963 para o IV Exército, coube-nos examinar os "TIPOS DE COMBATENTES E DE CHEFIAS", holandeses e luso-brasileiros, empenhados naquela prolongada luta.

O tema comportaria, sem dúvida, estudo absorvente e pesquisa aprofundada e meditada na volumosa bibliografia relativa ao Domínio Holandês no Brasil e na qual — cumpre salientar — valiosas contribuições de mestres pernambucanos ocupam indiscutível posição de relêvo.

Todavia, as limitações pessoais e os encargos funcionais que condicionavam êsse trabalho não facultariam maiores perspectivas, além daquelas estabelecidas pela própria finalidade a alcançar, qual seja, a de proporcionar aos oficiais uma impressão, quase esquemática, do panorama militar no Brasil sob o domínio holandês, através da apresentação dos diferentes tipos de combatentes e de chefias, de um e outro lado.

Consideramos, então, os propósitos fundamentais que nortearam, não só a seleção e o trato desses assuntos pelo General Castello Braco, como sua constante e inarredável preocupação, quando no Comando do IV Exército: a Instrução, o Enquadramento e a Ação de Comando.

Procuramos, pois, examinar o tema proposto à luz de critérios que caracterizam êsses três mais significativos instrumentos de atuação no domínio militar. Assim, veremos, em primeiro lugar, a Instrução dos holandeses e dos luso-brasileiros. E, sob êsse título, alguns aspectos de doutrina, organização, tática, meios de combate e de apoio, inclusive armamentos.

Do ponto de vista do Enquadramento, tentaremos assinalar as origens dos respectivos recrutamentos, as condições da vida militar, inclusive a bordo, a disciplina e o moral, bem como o comportamento dos combatentes.

Na ação de Comando, procuraremos identificar a capacidade profissional dos quadros, o valor e a conduta pessoal dos principais chefes, a ascendência hierárquica, os exemplos, e a confiança que chegavam a inspirar a seus subordinados.

Cumpre ressaltar ainda, que nosso trabalho limitou-se a concatenar observações e aspectos oferecidos pelos historiadores mais acatados desse período de nossa História e pelos trabalhos parciais de estudiosos e pesquisadores de assuntos militares. Uns e outros indicados na relação bibliográfica a que fazem menção as referências numéricas no correr do texto.

A INSTRUÇÃO

HOLANDESES

Doutrina, Tática e Organização

A Maurício de Nassau, filho de Guilherme de Orange e primo do príncipe João Maurício de Nassau — governador do Brasil Holandês de 1637 a 1644 — deve a arte militar de toda a Europa importante contribuição.

O coronel Carrias, estudando a evolução do pensamento militar francês, assinala a influência decisiva que o exército holandês, sob a direção de Nassau, exerceu na formação e no aperfeiçoamento dos quadros e, até mesmo, da tropa de seu país. Segundo aquele autor, voluntários isolados e forças regulares procuravam, ou eram postos à disposição dos chefes holandeses empenhados em contínuas guerras decorrentes das dissidências religiosas. E as operações em curso proporcionavam ensinamentos de novos processos de combate como em verdadeiras "escolas" para artilheiros, infantes, cavalarianos e até cirurgiões. (1)

A técnica dos cercos, a construção de fortificações e organizações do terreno, a utilização rápida e precisa do armamento, a correção e desembaraço nos movimentos e evoluções e, principalmente, os princípios de aplicação de uma rigorosa disciplina baseada na rusticidade das condições de vida em campanha, na pontualidade e exigente cumprimento do dever constituíram, verdadeiramente, os fundamentos da renovação empreendida no exército holandês por Maurício de Nassau. (1)

Com o objetivo de adquirir superioridade sobre a infantaria espanhola, até então invencível, e que ainda ocupava certas partes das Províncias Unidas, procurou Nassau, modificando os métodos de instrução de suas tropas e estabelecendo novos processos de combate, alcançar condições vantajosas em todas as circunstâncias. Para tanto, buscou

adaptar às condições de sua época certos procedimentos decorrentes de pesquisas e estudos relativos à antiguidade, realizando mesmo experiências de formações e evoluções gregas e romanas. Também não descuro do inimigo, procurando adaptar e aperfeiçoar, assim, aquelas já empregadas pelos próprios espanhóis na guerra que travavam. (1)

Tudo indica que as circunstâncias políticas em que se vira obrigado a combater na Flandres os pesados terços espanhóis, operando segundo sua tradicional tática da chamada "escola hispano-italiana", inspiraram mais a Nassau na concepção de uma tática própria e mais eficiente, do que o aperfeiçoamento e a generalização das armas de fogo portáteis. (2)

Partiu Nassau da concepção original de superar a massa pela mobilidade. (1)

Em suas reformas, a infantaria foi a que maiores cuidados mereceu. Assim, regulamentou o emprêgo combinado das armas brancas e armas de fogo, em grupamentos concentrados de umas e outras, ao invés de sua mistura desordenada no combate, como era comum. Introduziu o princípio da reiteração de esforços, ou seja, a renovação imediata de ações sucessivas, mediante a formação de três linhas convenientemente distanciadas.

Organizou a infantaria para o combate em "batalhões" de 500 homens, fracionados em meios-batalhões a 10 fileiras — um de 300 piqueiros e outro de 200 mosqueteiros, cujo armamento veremos mais adiante. Aumentou assim a flexibilidade, a mobilidade e a independência de ação de cada conjunto. Em combate, a formação normal do "batalhão" era em duas linhas: — o meio-batalhão de piqueiros à frente e o de mosqueteiros à retaguarda. Na primeira fase do combate, os mosqueteiros vinham alinhar-se a um dos flancos do meio-batalhão de piqueiros, fazendo fogo vivo, até que o avanço do inimigo os forçava a retomarem o seu lugar à retaguarda, enquanto os piqueiros entravam em ação, atacando a arma branca.

Cada grupo de oito "batalhões" (4000 homens) constituía uma espécie de "Brigada", cuja formação de batalha era típica. Ordenada em três linhas, a primeira era de dois "batalhões", em formação como ficou descrito acima; a segunda, a 180 passos à retaguarda, comportava quatro "batalhões" também em linha, em apoio do primeiro escalão e desbordando-lhe os flancos; a terceira linha, de dois "batalhões" da reserva a 400 passos à retaguarda da segunda, formava em correspondência com os dois "batalhões" do primeiro escalão. A primeira e a segunda linha de "batalhões" apoiavam-se mutuamente, avançando a segunda ou recuando a primeira, conforme as flutuações do combate. A terceira linha, fora do alcance dos fogos, proporcionava ao comando meios de intervir oportunamente no combate, seja reforçando a ação na frente, seja cobrindo a retirada em caso de insucesso. (2)

Era, sem dúvida, um dispositivo admirável em uma campanha, ou seja, operações desenvolvidas em amplos espaços isentos de obstáculos.

Só aí essa formação, ainda muito rígida, poderia compensar sua limitadíssima capacidade de manobra. Esta, porém, só seria efetivamente, alcançada com a adoção da chamada "ordem escalonada", isto é, o fracionamento em profundidade de cada um dos elementos para o emprêgo.

Quanto à artilharia, ainda não organizada em formações regulares, dividiu-a Nassau em artilharia de linha e artilharia ligeira. A primeira servia para reforçar os pontos fracos da linha de batalha, sobretudo onde houvesse de sustentar-se a defensiva; a outra, destinava-se à frente da infantaria e a acompanhá-la no avanço. (2)

"Ao fim da guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a organização dos exércitos dos principais países da Europa, incluída nêles a Holanda, era baseada nos ensinamentos colhidos nas guerras travadas por Gustavo Adolfo". O rei da Suécia foi o grande capitão inovador da tática e da estratégia.

As tropas constituíam-se em "Regimentos", unidades administrativas, formados de "Batalhões", unidades táticas, divididos êstes últimos em certo número de "Companhias". Em marcha, o exército desdobrava-se em "vanguarda", "batalha" e "retaguarda", a formação ainda típica do Século XVI. (3)

"As três subdivisões já não se limitavam a constituir formações que intervinham sucessivamente na luta; ao contrário, a "batalha" constituía o centro, enquanto a "vanguarda" e a "retaguarda" funcionavam como alas do dispositivo." (3)

O armamento básico da infantaria era o pique, espécie de lança de 5 a 6 metros de comprimento, que com a espada e a adaga completavam os meios de ação individual dos piqueiros.

Os mosquetes e arcabuzes eram as armas que, pelo fogo, suplementavam a ação dos piqueiros, precedendo o entrevero. Os mosqueteiros ou os arcabuzeiros dispunham-se, inicialmente, nas alas das formações de piqueiros, realizando o fogo de salva. Em seguida retraíam para efetuar, sob a proteção daqueles, as demoradas operações de recarregamento.

Deixaremos, porém, de fazer outras apreciações sôbre o armamento e seu emprêgo pelos holandeses e luso-brasileiros, sob a forma comparativa, dadas as diversas semelhanças existentes.

Vejamos antes algumas idéias de caráter "doutrinário", porém nada ortodoxas, que estavam presentes no lado luso-brasileiro.

LUSO-BRASILEIROS

Doutrina, Tática e Organização

Cumpre inicialmente lembrar que, achando-se Portugal sob o jugo espanhol desde 1580, e "não convindo aos mesmos reis de Castella que no reino de Portugal houvesse gente armada que pudesse sustentar

algum partido contra a usurpação" — diz um historiador português "bem longe de armarem e disciplinarem as tropas dêste reino, as reduziram ao nada, e bem se pode dizer que o regimento (regulamento) da nova milícia, criada por Don Sebastião em 1570, estivera durante os Felipes em total esquecimento". (2)

O mesmo autor afirma: "O futuro exército da Restauração (português, 1641) não podia deixar de ser um agregado de soldados bisonhos, improvisados, sem instrução e sem comandos, pois não abundavam os oficiais hábeis, sabedores práticos dessa arte de guerra, que desde as campanhas de Maurício de Nassau (na Europa) e Gustavo Adolfo (Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648) se enriquecera extraordinariamente com novas concepções táticas e um dos mais sutil desenvolvimento técnico das inovações introduzidas na aurora da Renascença por Gonçalo de Cordova (1453-1515) e alguns capitães de Carlos V" (2)

Tal era o estado do exército em Portugal durante o largo período da expansão do domínio holandês no Brasil.

Já o exército espanhol, longamente trabalhado nas sucessivas guerras de conquista, apresentava outra feição em sua estrutura, adestramento e meios. Sua tática e sua organização, porém, ainda obedeciam à chamada "Ehscola Hispano-Italiana", cujos princípios dominaram todo o século anterior (XVI), inspirados que foram nas ações do grande capitão Gonçalo de Cordova:

"...valendo-se das vantagens das armas de fogo, soubera Gonçalo de Cordova, como ninguém até então, utilizar-se da infantaria e elevá-la a um grau de eficiência que fez dos terços espanhóis dessa época uma arma invencível nas mãos de bons generais." (2)

O grande capitão espanhol concebeu uma organização cuja unidade principal era a "coronelia", "esquadrão" ou "têrço" de 6.000 homens, comandada por um coronel e dividida em 12 companhias; "capitanias" ou "batalhões" de 500 homens cada, comandadas por um capitão ou alferes abandeirado. Cada 100 homens destas companhias competia a um "cabo-de-batalhão" e cada 10 homens, a um cabo-de-esquadra.

Em cada têrço, 10 companhias constavam de 200 piqueiros, 200 rodeleiros (escudeiros) e 100 arcabuzeiros cada; as duas companhias restantes eram exclusivamente de piqueiros. Este armamento desigual servia para aproveitar, durante as diversas fases do combate, as vantagens de umas e outras armas: — os piqueiros, armados de piques, para resistirem ao choque da cavalaria; os rodeleiros (escudeiros), armados de rodela (escudos), espada curta e dardo, para o combate corpo a corpo; os arcabuzeiros, armados de arcabuz, para o combate à distância, em substituição aos antigos besteiros. Como equipamento defensivo, sem prejudicar a mobilidade, os infantes dispunham de celada, corselete e braçais. (2)

Em marcha, a "companhia" (500 homens) devia fragmentar-se em 4 "bandeiras" ou pelotões de 125 homens, formados em colunas de 5,

homens de frente, com metade dos piqueiros na testa, os arcabuzeiros a seguir, depois os rodeleiros (escudeiros) e na cauda os piqueiros restantes.

Para entrar em formação de combate, o escalão da testa detinha-se até que os outros se alinhassem, sucessivamente, à sua direita. Depois do que os arcabuzeiros, com seu cabo de batalha, saíam da formatura para se colocarem ao costado direito, ou onde mais conviesse. Tal era a ordem normal da unidade de combate da infantaria espanhola, no caso de combater enquadra com outras companhias. No combate isolado e, em casos especiais, adotavam-se outras formações suficientemente flexíveis. (2)

A artilharia tinha ainda um emprêgo muito restrito nas batalhas campais. Tirada em pesadas carretas de 4 rodas, seu deslocamento era difficilimo e na maior parte das vêzes apenas servia nos primeiros momentos da ação, enquanto as manobras e o desenvolvimento das tropas permitiam que fôsse utilizada nas posições previamente ocupadas. Depois, no tumulto, da refrega, as peças, em geral, eram logo abandonadas por não poderem voltar mais a servir. Resumidamente, eram as características da tática hispano-italiana: "preponderância e heterogeneidade da infantaria, complexidade de suas funções, bom emprêgo dos fogos, independência de ação dos arcabuzeiros e aproveitamento das condições do terreno". (2)

A "GUERRA BRASÍLICA"

Fizemos menção às condições do exército português naquela época. Apresentamos também, em linhas gerais, as características de organização e da tática da chamada "Escola Hispano-Italiana", porque adotada por essas duas nações que, por seu turno, constituíram o núcleo de forças regulares que a serviço da Espanha foram empenhadas no Brasil.

Resta ver a tática e os processos de combate originaes dos luso-brasileiros.

O professor Gonsalves de Mello bem assinala (4) que os escritores da época denominavam êsse tipo de combate, essa tática singular, surpreendente e, sem dúvida, autêntica, de "Guerra Brasília."

Transcrevemos aqui o erudito mestre pernambucano quando escreve a biografia de Cristóvão Alvares — construtor de fortificações no período holandês: "Embora reinol, os muitos anos de sua permanência nesta parte da America fizeram dele — Cristóvão Alvares (1608-1663) — um defensor do estilo de luta, que os escritores da época chamavam de guerra brasílica". Foi um dos que primeiro registrou para a historia a superioridade que "o saber de experiência feito" concedera aos que se tinham formado nas campanhas de guerrilhas da região de "mata" nordestina, sobre os chefes militares que chegavam do Velho Mundo, tão orgulhosos da sua arte, que não admitiam

conselho dos veteranos do Brasil. Observou êle que "se deve notar que as guerras destas nossas partes da Europa são em campanhas mui rasas e descobertas, e as do Brasil e tôda a América são por entre matos, donde se não guarda ordem nenhuma das que cá (na Europa) se usam, e é fôrça que donde varia o objeto varia a ciência e a experiência nos mostrou que os mais práticos que destas partes foram, se perderam, por quererem seguir o estilo de cá, desprezando o parecer das práticas daquelas partes." (4)

Diz ainda um autor anônimo, citado por Gonsalves de Mello: — "Porque êste Nôvo Mundo, assim como é antípoda do Velho no sítio e calculação, assim também o é em tudo o mais. Pois, se naquela parte, segundo a natureza do terreno, se peleja em campanha rasa e a peito descoberto, nesta por ser tôda coberta de mato, se deve fazer de detrás dos paus, como fazendo dêles trincheiras. E se lá andando exércitos em campanha se costuma recolher o precioso às pressas por serem fechadas e seguras, cá se há de observar o contrário, mandando-o retirar para fora, por serem abertas e ficar assim seguro no asilo dos matos". (4)

Da correspondência remetida pelo Coronel Van Waerdenburch, governador em Olinda, em 1630, à Direção da Companhia das Índias Ocidentais, retiramos as seguintes observações insuspeitas: — "Além disso mandei prover as muralhas de pequenas estacadas contra a escalada dos brasileiros, que são um povo ágil e corajoso, como bem o experimentamos a 24 de maio último, quando pela manhã, fizeram uma tentativa temerária para arrancar-nos a posse da ilha de Antonio Vaz. Eu também me achava ali, porque fôra inspecionar os trabalhos e acelerá-los. O ataque foi assustador, porque em menos de um quarto de hora mais de 300 brasileiros haviam escalado as muralhas e penetrado no acampamento. Entretanto, com a graça de Deus, foram repellidos e obrigados a fugir, deixando 17 mortos no acampamento e arrastando consigo 20 e tantos por meio de uma corda passada em torno do pescoço". (5)

Agiam também os brasileiros contra as fortificações em construção — "alojando-se continuamente, tôdas as noites, demolindo de cada vez o que havíamos construído". E ainda: — "voltou o inimigo ainda diversas vêzes, várias noites seguidas, para incendiá-la (mas graças a Deus sem causar-lhe dano), entre outras na de 17 de julho, entre 2 e 3 horas da madrugada, quando reinava grande escuridão: fêz um forte ataque, dando grandes gritos e servindo-se de panelas de fogo de artifício com o fito de incendiar as obras de defesa, etc etc.". (5)

Observa o coronel-governador: — "Considero êsse povo, como um povo de soldados vivazes e valorosos, aos quais nada falta senão comando; não são absolutamente cordeiro, como se lê nas histórias das Índias Ocidentais, e disto sei por experiência várias vêzes repetida".

Expondo a situação de sua tropa, o coronel Waerdenburch considera: — "...expulsarei o inimigo que, com alguns milhares de homens, entre os quais muitos brasileiros (índios?), mantém-se agora aqui nos arredores e que, percebendo uma expedição, poderá concentrar-se em menos de uma hora e marchar velozmente contra o ponto de nossas obras que lhe aprouver, etc". — "Como Vossos Altos Poderes poderão bem julgar, tenho de esperar pela frente um inimigo terrível; para resistir-lhe e repeli-lo, é preciso que a praça tenha uma guarnição suficiente. Se os Senhores Diretores tivessem a intenção de mantê-la contra um exército forte, teria a cidade, por si só, necessidade de uma guarnição de 6.000 homens, exigindo a aldeia do Recife e a ilha de Antônio Vaz, 3.500". (5)

Considerando a dificuldade na obtenção de materiais de construção: — "...se tivéssemos de ir procurar isso todos os dias, estando o inimigo alojado e escondido em toda parte, qual seria a força de comboios necessários (inevitavelmente tropas tão numerosas como as que constituem a guarnição ordinária) e qual seria a perda diária de homens?". (5)

Artichofsky, coronel polonês a serviço dos holandeses e sobre o qual falaremos oportunamente, observa: — "O inimigo é extremamente ágil. Esconde-se nos matos ou nos canaviais, obriga os habitantes a lhes fornecerem informações e se os infelizes não querem dar os esclarecimentos, ameaça-os de tortura e morte. Quando os lerdos perseguidores holandeses se aproximam, desaparecem as hordas na espessura da mata sem deixar vestígios. Eles conhecem perfeitamente as nossas fraquezas". (4)

A formação de "guerrilhas" ou "companhias de emboscadas", com efetivo de 25 a 40 homens, cada uma, já aparece na Bahia em 1625. (6)

Atuavam de maneira mais ou menos isolada, em golpes de mão, incursões e ataques limitados, diurnos e mesmo noturnos.

Os índios entravam largamente na sua constituição. Segundo Varnhagen, Matias de Albuquerque — "subordinou quatro (companhias de emboscadas) instituídas contra Olinda a Matias de Albuquerque Maranhão, com estância em Santo Amaro, algumas novas a Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, de Goiana, com estância nas Salinas e Asseca (Cabugá) e o título de governador desse distrito; outra (com estância em uma das casas de João Velho Barreto, (no atual bairro da Boa Vista) ao valente pernambucano Luiz Barbalho e, finalmente, também algumas a Antônio Ribeiro Lacerda, da Ipojuca, com estância nos Afogados, a fim de resguardar a Várzea". (6)

A missão geral das guerrilhas era — "vedar as comunicações dos habitantes (do interior) com a vila ocupada pelo inimigo (Olinda), de impedir que estes fossem espalhando e estudando os arredores, e de fazer a todos, pelo simples fato de se familiarizarem nas hostilidades, menos propensos a reconciliar-se com o invasor". (6)

Vemos pois que as “estâncias” — ou sejam, pequenos baluartes fracamente guarnecidos e armados — exerciam o papel de “bases” para as guerrilhas e, em seu conjunto, constituíam um verdadeiro sistema defensivo, porém, dinâmico, guardando direções e assegurando “áreas” de atuação para as “companhias de emboscadas”, ou guerrilhas operarem.

Esse tipo de guerra — a pequena guerra, a “guerrilha” dos próprios espanhóis, só encontrou sua divulgação quase dois séculos após, quando os próprios espanhóis a utilizaram com sucesso contra os exércitos de Napoleão. Essa consagração mereceu sua identificação como “guerrilha” na maioria dos idiomas ocidentais.

Mas, a simples menção de esparsas notícias sobre os processos de combate, e o exame, mesmo superficial, das característicos da “Guerra Brasileira” permite concluir pela singular atualidade de certos princípios táticos modernamente considerados. Assim, a surpresa como elemento mais importante da emboscada, pois o adversário não cairá na armadilha, desde que a assinala; a concentração das ações, alcançada pela rápida reunião de elementos participantes e da potência dos mesmos atuando a curtas distâncias e simultaneamente; a identificação do exato local do ataque e a precisa conduta individual de cada elemento; a máxima ação do choque, buscando, quando não apanhar o adversário completamente desprevenido, pelo menos retirar-lhe a possibilidade de recorrer ao contra-ataque; finalmente, a utilização adequada do terreno, das cobertas, o isolamento das áreas e a capacidade de desengajar-se e retrair-se rapidamente.

Todos esses aspectos podem ser assinalados nas inúmeras condutas e episódios muito significativos levados a efeito pelos notáveis comandantes luso-brasileiros na condução de suas guerrilhas, no curso da “Guerra Brasileira”. Cumpre, afinal, ressaltar os dois mais sugestivos fatores, inalienavelmente vinculados às modernas guerras insurrecionais — a conquista da população e a vontade de lutar — um e outro, iniludivelmente, identificados na particular atuação dos luso-brasileiros.

O ARMAMENTO E O EQUIPAMENTO

Vamos, inicialmente, basear-nos nas indicações de um dos maiores conhecedores de armas e indumentárias militares históricas, o renomado pintor Wasth Rodrigues, cujos trabalhos ilustram o Catálogo do Museu Nacional elaborado pelo historiador Gustavo Barroso para a Exposição Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Pernambuco. São suas palavras: “Quanto ao vestuário, nada há de particular, pois os oficiais e soldados combatiam com seus trajes usuais, salvo a faixa e o bastão, usados pelos oficiais, e uma ou outra peça da armadura, como o morrião (capacete), o gorjal (para a proteção do pescoço), as escarcelas (protegendo o ventre, até os joelhos)

e, nos homens a cavalo e nos capitães, a couraça. Tudo, porém, sem grande uniformidade". O gibão de couro (para proteção relativa do peito, — uns tantos, já fabricados no Brasil) era de uso generalizado entre holandeses e luso-brasileiros.

"Na campanha, da qual as três raças participaram, tanto no lado pernambucano como no batavo, destacavam-se os índios por lutarem nus, ou apenas de tanga e com suas armas peculiares: o arco e a flecha.

Os negros, conforme as estampas de BARLEU, marchavam com sua tanga ou calção usual e dorso nu, armados de arcabuzes e bandoleiras com cartuchos pendentes ou piques, tendo todos a espada". (7)

Observadores holandeses daquela época assinalam, porém, as tentativas frustradas para ensinar aos negros o manejo dessas armas. Preferiam utilizar-se do arco, da flecha e do tacape com os quais lidavam com extraordinária destreza. Lançavam-se ao chão logo que recebiam fogo e, em seguida, levantavam-se imediatamente disparando suas flechas, que produziam ferimentos não menos perigosos do que as balas. (8)

"Os terços de homens brancos eram do mesmo modo armados de arcabuzes ou mosquetes, piques e espadas. Os oficiais e oficiais inferiores tinham espadas, alabardas, espontões, meios piques ou outras armas de hastes congêneres". (7)

O então major (hoje Gen-Bda) Lauro Alves Pinto, estudando o armamento, assim o descreve: "Nessa época, em que a arma de fogo ainda não era soberana no campo de batalha, o piqueiro, tendo o pique como arma, era o elemento fundamental, o mais importante da infantaria".

"Com o pique inclinado à frente do corpo, bem fixado ao solo e calçado pelo pé direito, o homem aguardava o choque da cavalaria ou da infantaria inimiga".

"A atitude de espera, com a arma meio curvada no solo, era uma atitude passiva: cabia ao inimigo vir golpear-se na sua ponta. Procurando impedir que o adversário fugisse à ação de sua arma, por negaças à esquerda ou à direita, os piqueiros alinhavam-se, sem intervalo, ombro a ombro, constituindo um verdadeiro ouriço de forma geométrica.

"As qualidades de sangue-frio, disciplina e resistência física eram levadas em alta conta no selecionamento desse tipo de combatente.

"Por pitoresca — diz o Major Lauro — destacamos da raríssima obra de I. de Billou, editada em 1637 — "Les Principes de l'Art Militaire" — algumas condições exigidas para a escolha dos piqueiros e dos mosqueteiros: ... "o piqueiro deve ser homem de estatura elevada e possuir barba", "o mosqueteiro deve ser jovial, ágil e possuir

boas pernas..." "o mosqueteiro (ou arcabuzeiro), o outro elemento fundamental da infantaria, era o combatente encarregado de executar o fogo".

O mosquete era um arcabuz aligeirado.

"No Brasil, os holandeses empregavam arcabuzes em maior quantidade do que mosquetes; entretanto, para bem penetrarmos na realidade dos combates que empreenderam, é mister que analisemos alguns detalhes destas armas".

"O primeiro sistema de inflamação adotado foi o do cordel aceso (morrão dos portugueses)."

"A execução do tiro era assaz lenta, em face das operações preparatórias que somavam noventa e nove ações ou tempos diferentes.

Além da exagerada morosidade, o atirador corria sérios riscos em acidentes produzidos por violentos recuos, conseqüentes à deflagração de cargas de projeção excessivas. Em resumo, as operações constavam do seguinte: colocação da pólvora de projeção pela boca da arma e sua compressão no fundo do cano; introdução da bala, também pela boca e sua pressão sobre a pólvora; deposição de uma pólvora pulverizada (escorva) numa pequena cuba (cassoleta) e no ouvido, após tudo isso, o arcabuzeiro soprava a mecha, reavivava a chama e chegava-a à cassoleta, tendo ainda tempo suficiente para apontar a arma (apoiada na forquilha) e aguardar o disparo.

No seu próprio equipamento ele levava o material necessário. Numa bandoleira a tira-colo, os pequenos canudos contendo pólvora de projeção; sobre a coxa direita, uma caixa (polvarinho) com a pólvora pulverizada; acima do quadril, uma pequena bolsa com balas.

Para libertar o homem da servidão de manter durante toda a ação a mecha acesa presa ao dedo médio da mão esquerda, foi adaptada à arma uma pequena peça (serpentina) que suportava o morrão e conduzia o fogo, no momento desejado, à cassoleta.

No século XVI foi inventado um dispositivo engenhoso que visava suprir o uso do morrão fumegante. Tratava-se da adaptação ao arcabuz, de uma roda de ferro conjugada a uma pedra de sílex — a chamada "pedra de fogo" dos luso-brasileiros."

O mosquete era mais leve e mais curto que o arcabuz e possuía coronha quase reta."

"Nos dias chuvosos, ou mesmo excessivamente úmidos, o tiro se tornava irrealizável, pela impossibilidade de se queimar a pólvora molhada ou se acender o morrão de linho ou de embira. A travessia de curso d'água ou de zona matosa umedecida, acarretava as mesmas conseqüências. Os terrenos duros ou alagadiços — que não permitiam dar uma firmeza adequada à forquilha, pelo enterramento, tornavam o armamento inutilizável." (8)

Além do pique, a alabarda, espécie de lança com duas lâminas opostas na extremidade e a partazana ou chuço — uma alabarda ali-geirada — com a espada e a adaga ou punhal, completavam o conjunto das armas brancas para o combate corpo a corpo." (8)

Os luso-brasileiros dispunham de armamento da mesma natureza, porém de tipos e modelos os mais diversos e em muito menor abundância. Contribuíram ainda para aumentar a diversidade das armas a presença de tropas mercenárias de um e outro lado, dispondo de seu armamento de origem e, afinal a ampla utilização das prêsas de guerra obtidas no decorrer da longa campanha.

Vimos assim, embora de maneira muito sucinta, o confronto de alguns aspectos de doutrina, tática, organização, processos de combate e armamento de holandeses e luso-brasileiros, incluindo nestes últimos os espanhóis.

Creio que tenha sido efetivamente ressaltado o caráter evolucionista do exército holandês na Europa e a oportunidade experimental para exercitar-se em uma nova tática e em novos processos de combate nas guerras religiosas e buscando libertar sua pátria do jugo dos próprios espanhóis. Estes últimos, por sua vez, firmados em processos de combate tradicionais decorrentes de ensinamentos hauridos nas numerosas operações de conquista.

Ambos, porém, quando lançados nos campos de batalha do Brasil demonstraram sua incapacidade inicial para aceitar as características da "guerra brasílica", originalmente concebida pelos capitães luso-brasileiros, em absoluta coerência com a natureza do terreno, a desigualdade de meios, o ambiente psicológico da população e a nascente mas decidida vontade de lutar. Não só a dura experiência vivida como, principalmente, a cooperação de transfugas e desertores proporcionaram aos flamengos condições para a aquisição de conhecimentos e de prática dos singulares processos de combate. Faltaria porém sempre a eles a filosofia própria da Guerra Insurrecional e, em consequência, as faculdades específicas que lhe são inerentes, vigorosamente exaltadas no comportamento individual de cada combatente luso-brasileiro: a vontade de lutar e a disposição ao sacrifício.

A versatilidade demonstrada na utilização de armamento o mais usado, principalmente, as prêsas de guerra, e o improvisado na adaptação, com recursos próprios, de meios e modos de emprego, são aspectos que merecem referência no lado luso-brasileiro.

O ENQUADRAMENTO

HOLANDESES

Recrutamento, Condições de vida militar, Disciplina e Moral

O recrutamento levado a efeito pela Companhia das Índias era bastante heterogêneo. A diversidade de procedência dos contingentes

assalariados, na base não só das condições, eventualmente difíceis da vida na Europa, como, principalmente, pela sedução de fácil enriquecimento e pelo gosto das aventuras, atraía além de holandeses, alemães, noruegueses, escoceses e grande número de judeus.

Não raro, iludidos por hábeis empresários que proporcionavam faustosas recepções, os jovens estrangeiros eram seduzidos pelas descrições fantásticas e se alistavam, ficando desde logo onerados em seus soldos pelas próprias despesas extorsivas daquelas farsas. (9)

Engajados de início por três anos, findos esses, tornavam-se "moradores livres" ou "empregados da Companhia", se permanecessem no Brasil. Regressavam à Holanda, findo o serviço militar, se assim o desejassem. Os "moradores livres", quando necessário, podiam ser novamente recrutados e arregimentados em "Companhias de Burgueses". (9)

As condições de vida militar dos alistados oferecem aspectos muitíssimo sugestivos e cujo conhecimento é indispensável para o entendimento de certos padrões de disciplina e de moral.

Um dos melhores depoimentos sobre tal assunto é o DIÁRIO DE UM SOLDADO, escrito por um jovem voluntário, alguns anos após haver prestado serviço à Companhia das Índias, entre 1629 e 1632. Trata-se de tradução valiosa e rara de uma publicação alemã, editada em Strasburgo, em 1677. (10)

O autor do Diário, soldado AMBRÓSIO RICHSHOFFER, natural de Strasburgo, alistou-se com apenas 17 anos, em Amesterdam, na Companhia das Índias Ocidentais, atraído pelo "forte recrutamento" que então se fazia e pelo soldo de oito florins holandeses mensais, além de um shilling de sinal do contrato e outro tanto de meio-soldo diário, até ser "passado em revista".

Um mês após alistado, verificou praça e prestou juramento solene de — "em caso de abordagem, e de preferência a render-se ao inimigo, lançar fogo ao paiol de pólvora, a fim de ambos os navios voarem pelos ares". — Foram adiantados mais dois meses de soldo para que se aprestassem para a longa viagem.

A tropa foi exercitada ainda um mês e recebeu o armamento, prestando, em seguida, novo juramento aos oficiais de sua Companhia e às novas bandeiras.

A alimentação era farta — pão, queijo, manteiga, arenques frescos e cerveja — e o autor do Diário não esconde sua satisfação pelo tratamento.

Sua companhia era constituída de 184 homens e dividida para embarque em dois navios. Partiram do porto de TEXTEL, a 23 de maio de 1629, só havendo chegado ao Brasil, porém, em fevereiro de 1630.

As vicissitudes dessa longa viagem de quase oito meses são, pitorescamente, narradas pelo jovem soldado e, sem dúvida, retratam as condições da vida militar naquela época.

Os navios não dispunham de alojamentos, refeitórios ou locais para isso apropriados. De maneira que cada um tratava de acomodar-se como pudesse, pelo convés e outras dependências acessíveis. Em geral, oito homens dispunham-se em torno de um fardo qualquer para servir de mesa para comer.

Cada homem recebia, por ocasião do embarque, três grandes queijos flamengos, para serem consumidos durante toda a viagem.

As rações individuais eram distribuídas semanalmente — aproximadamente, dois quilos de biscoito, duzentas gramas de manteiga e um pouco de vinagre. Havia carne duas vezes por semana e toucinho com favas uma vez, em um dos jantares. Nos outros dias, cevada, aveia ou ervilhas e algumas vezes bacalhau. Tudo, porém, em porções muito reduzidas, segundo o autor do Diário, que afirma que dois homens comeriam bem as rações de oito.

Diariamente, uma ração de água fétida era distribuída a cada tripulante. Eventualmente, a pesca proporcionava alimentação fresca, muito embora estranhassem a qualidade dos peixes.

As paradas nas ilhas AÇORES e CANARIAS, com demorada permanência, proporcionaram maior variação na dieta de bordo, principalmente, frutos tropicais.

Toda oportunidade que se apresentava para obtenção de bebidas alcoólicas, em particular pela apreensão e o saque de navios espanhóis, levava as tripulações a embriagarem-se, com facilidade. Essa tendência é, constantemente, assinalada no Diário, que esclarece, também, a severidade das punições, quando aquela ocorrência prejudicasse o serviço.

As paradas nas ilhas foram também aproveitadas para adestrar a tropa embarcada em exercícios e no tiro das armas individuais, organização de acampamentos utilizando folhagens, e para realizar grandes reparos nos navios.

Segundo RICHSHOFFER, nos exercícios de tiro, os oficiais ofereceram prêmios para o tiro ao alvo. "Cada soldado tinha de disparar três tiros ao alvo, em rápida sucessão, devendo carregar o mosquete, andando. Muito poucos conseguiam acertar duas vezes".

Ainda na ilha, morrendo um Tenente de sua Companhia, foram-lhe prestadas honras fúnebres.

Prosseguindo a viagem, em determinada ocasião esgotou-se o suprimento de manteiga, sendo substituída por azeite espanhol apreendido no saque. Na travessia do Equador, prolongadas calmarias detiveram os navios em alto-mar, sob elevado calor, provocando intenso mal-estar e angustiante sede. Soldados e marinheiros refrescavam-se lançando-se em alto-mar para banharem-se, juntos aos navios imobilizados.

O estado sanitário, no decorrer da viagem, era lastimável. Além do enjôo, que afetava grande parte dos soldados e marinheiros, as

condições precaríssimas de higiene, as características da alimentação e seus limitados recursos de conservação, a ausência de alimentos frescos, principalmente verdura, a inadaptação ao regime climático variável, — tudo isso — provocava elevado e permanente contingente de baixados durante a viagem e um número impressionante de mortes.

Tudo porém aceito e registrado com naturalidade pelo soldado RICHSHOFFER que, simplesmente, desejava aos que morriam “uma feliz, ou alegre ressurreição”.

O escorbuto e a disenteria são assinalados pelo autor do Diário como os principais responsáveis pela devastação. Junta a êles as debilidades orgânicas, permanentemente provocadas pelos enjões, mal-estar e dores de cabeça, causadas pelo fortíssimo cheiro da alcatroagem do madeirame e da cordoalha nova dos navios e intoxicações, provenientes da alimentação deteriorada ou exótica a que não estavam habituados aqueles homens.

Nas ilhas, buscavam assistir aos doentes, distribuindo limões e laranjas, avidamente procurados por toda a tripulação. As sangrias constituíam o atendimento médico básico para todas as doenças.

As características repugnantes da água distribuída e sua limitação contribuíam, por seu turno, para a desidratação, agravando os casos de disenteria, insolação e outros. Em determinada ocasião a aguardente foi proporcionada aos doentes, como remédio.

Com a elevação do número de baixados nas tripulações dos navios, os próprios soldados passavam a concorrer às escalas de serviço de bordo, até mesmo ao leme das embarcações.

Após oito meses de viagem, a frota — com 56 navios e 13 pinacas (embarcações pequenas) transportando 7.280 homens, sendo 3.500 soldados, — atingiu o litoral de Pernambuco, desfalcada de cerca de 1/8 de seu efetivo. Ou seja, haviam morrido em viagem pouco mais de 900 homens. (10)

As condições de vida no Brasil, salvo uma e outra ocasião de maior desfalecimento, não apresentaram para os soldados holandeses perspectivas muito diversas daquelas vividas a bordo.

O confinamento nas limitadas áreas urbanas e nas fortificações do litoral, a permanente dependência de alimentos vindos do exterior, que, além de inadequados para o clima e a natureza das operações, chegavam quase sempre em estado duvidoso e, não raro, grande parte inutilizável, e, afinal, a própria ação devastadora dos luso-brasileiros, submetiam a tropa e a população holandesa a longos períodos de privações e até de aguda fome.

O Prof. Gonsalves de Melo, citando documentos oficiais da época, assinala para o exército holandês, inclusive para a tropa em guarnições no interior, a mesma dieta indicada no Diário de RICHSHOF-

FER para bordo: aveia, feijão, ervilhas, carne salgada e toucinho, algumas vezes bacalhau. Tudo vindo da Holanda. Os holandeses senhores de engenho abasteciam-se na cidade. (9)

O estado sanitário da tropa também agravou-se no Brasil holandês. Além da disenteria e do escorbuto, moléstias de fígado e gripes dizimaram um número enorme de soldados, empregados da Companhia e particulares.

Diz o Professor Gonsalves de Mello: — “Certamente a situação de subalimentação em que vivia sempre a população do Brasil holandês contribuiu para o grande número de moléstias a que se referem os documentos de então”. E, mais adiante: — “muitas cartas referem-se ao grande número de mortes: eram necessários constantes reforços para a tropa, “em consequência das mortes que se verificavam diariamente e que são muitas”. Em 1646, somente no Recife e Maurícia, diz uma carta, havia mais de 500 doentes de febres, disenterias sangüíneas e acometidos da “doença do país”. O próprio Nassau foi acometido dessa última, que parece tenha sido malária.

A ilha de Fernando de Noronha era utilizada como local para convalescença. RICHSHOFFER refere-se a 300 doentes para ali encaminhados de uma feita.

Final, a sífilis. Diz ainda Gonsalves de Mello: “para satisfazer a flamengos menos chegados a exotismos (escravas africanas e índias) veio da Holanda um número considerável de prostitutas, que surgem constantemente nos documentos de então como “mulheres fáceis”. E muitas são referidas com os seus próprios nomes.” Adiante, continua: a vida moral do Brasil holandês é descrita por contemporâneos com cores negras.

Nos “bordéis mais vis do mundo” — os do Recife, diz uma Generale Missive de 1941 — misturam-se todos os elementos de que se aproveita a colonização holandesa: o inglês, o francês, o alemão, o índio, o negro, o judeu, o português. Tôdas as raças de que se compunha o exército flamengo. O terrível problema de habitação no Recife favoreceu essa dissolução moral.” — “Nada mais natural portanto, que o Recife se tivesse transformado em um foco de disseminação da sífilis.” (9)

Muito difícil seria o enquadramento de tropas recrutadas e submetidas às condições de vida como as acima esboçadas. Impulsionados tão-somente pelo espírito mercenário, soldados, graduados e mesmo oficiais só encontrariam alguma contenção pela aplicação drástica de medidas disciplinares extraordinariamente rigorosas, inclusive a execução sumária.

RICHSHOFFER, em seu Diário, indica alguns castigos aplicados a bordo e a execução da justiça no decorrer das operações no Brasil. As punições a bordo variavam desde açoites de corda, aos mergulhos

sucessivos do faltoso no mar, mantendo-o atado ao navio por uma corda; passá-lo, também atado, por baixo da quilha do navio em movimento; cravar a mão ao mastro, com a própria arma do faltoso que a sacasse para um superior; e o enforcamento. Os punidos geralmente não resistiam aos castigos mais violentos.

Alguns episódios presenciados por RICHSHOFFER são sugestivos. Três soldados que desrespeitaram uma ordem, penetrando em uma adega, e a sentinela relapsa, tiveram sua sorte decidida em um Conselho de Guerra com os dados lançados sobre um tambor. A sentinela, desfavorecida da sorte, foi enforcada, e os restantes atados a um poste e açoitados. Embora filho de pais respeitáveis e mesmo todo o Regimento intercedendo a seu favor, a sentença foi cumprida, diz RICHSHOFFER.

Em Itamaracá um soldado foi arcabuzado por haver sacado da espada para seu oficial e recusado obdecer uma ordem.

Em 1631, por ocasião do combate naval entre as frotas de Oquendo e Pater, próximo à costa da Bahia, quatro capitães de navios holandeses foram presos e submetidos a Conselho, por não terem se batido com lealdade, abandonando o combate prematuramente.

O trato com os espíões e delatores era sumário — tortura e espartejamento. Por ocasião dos encontros, perdurou, por algum tempo, o primitivo procedimento de mutilar os adversários mortos ou feridos em combate, conduzindo os soldados orelhas e narizes decepados nas lâminas de suas armas.

Os problemas relativos ao moral agravar-se-iam, em consequência dos extremos a que chegaram as situações alimentar e sanitária da tropa e de toda a população. Os documentos holandeses os caracterizam com veemência.

"A ração parca e ruim cria aborrecimento e revolta entre os soldados; o pão, carne e toucinho são distribuídos em menor quantidade que o estipulado, o bacalhau, também, e na maior parte das vezes estragado, pelo que é jogado fora; quase todos os viveres são velhos de dois anos ... é impossível mesmo contra a natureza manter este povo com alimentos velhos sem refrescos ... a maior dificuldade temos em evitar o escorbuto" (Carta de Van Walbeek, de Recife, Jan 1632) (9)

Segundo Gonsalves de Mello, "As informações sobre o número de doentes faz-nos calcular que aproximadamente 1/3 da tropa estava impossibilitada de prestar serviço. (9)

Afinal, as deserções, em número não pequeno, do pessoal assalariado, principalmente franceses, e mesmo holandeses, índios e negros. Quando não se bandeavam passavam a constituir grupos de salteadores que cometiam toda sorte de tropelias na zona dos canaviais. (9)

LUSO-BRASILEIROS

Recrutamento, Condições de vida militar, Disciplina e Moral

Os documentos espanhóis e portugueses bem indicam as dificuldades de recrutamento para atender às necessidades da guerra no Brasil.

O Contingente mobilizado também é heterogêneo. São espanhóis a serviço da coroa, portuguesa, de preferência recrutados na Madeira e nos Açores, e tropas mercenárias napolitanas e até irlandesas.

Em janeiro de 1635 é expedida "ordem para recolher a Lisboa os indivíduos prêso nas cadeias das comarcas, os quais devem ir como soldados nos socorros de Pernambuco". Mais tarde, o rei da Espanha, — tendo em vista "o socorro em homens para o Brasil, recomenda que não se mandem menos de 3.000, ainda que se embarquem por fôrça" (11)

No Brasil, portugueses radicados, mazombos, índios e negros constituíam, sem dúvida, os elementos verdadeiramente estruturais do exército luso-brasileiro. Sua rusticidade, perfeitamente autenticada às características da região, ao clima e às provações de uma guerra ingente e áspera, assegurariam a seus valorosos e decididos chefes a faculdade de conduzir as operações segundo uma tática adequada ao desequilíbrio de forças e, principalmente, à drástica limitações de apoio em meios materiais e pessoal.

Seguidamente o próprio Matias de Albuquerque lançou mão de seus recursos pessoais, disponíveis em Portugal, para assistir em número o exército luso-brasileiro. (1)

As condições de vida militar variavam daquela já assinalada para os holandeses, na medida em que as diferentes situações permitiam explorar os recursos locais, tirando partido de produtos alimentares regionais, com os quais já estavam habituados e que constituíam sua base de subsistência.

Todavia, a carência de alimentos impôs grandes provações inúmeras vezes, sendo de assinalar-se por ocasião do cerco do Arraial de Bom Jesus, quando cada sitiado recebia apenas uma espiga de milho por dia.

A organização militar para a guerra irregular, naturalmente colocava a disciplina em termos muito pessoais, de acordo com as características dos respectivos chefes das Companhias de Emboscadas.

Também as deserções não eram raras. Mas a perfeita adaptação às condições da guerra, a disposição psicológica para lutar e o nascente espírito de nacionalidade que despontava, favoreciam extraordinariamente a manutenção de um moral elevado, sem dúvida bem caracterizado nas heróicas resistências do ARRAIAL, de NAZARÉ DO CABO, do RIO FORMOSO, da PARAÍBA e outras, como na fase vitoriosa dos GUARARAPES.

A AÇÃO DE COMANDO

DOS HOLANDESES

Tudo indica que a seleção dos chefes militares para o serviço da Companhia das Índias era realizada com muito cuidado. A despeito dos declarados propósitos comerciais da empresa, ou por isso mesmo, a conduta das atividades militares era entregue a soldados competentes e até mesmo bastante ciosos dos deveres e direitos inerentes à profissão das armas. Embora mercenários, como de hábito naquela época, os holandeses ou não, quase todos os chefes militares de terra e de mar, deram mostras de padrões de comportamento e conduta profissionais de alto sentido para sua época.

A capacidade profissional demonstrada no curso dos diferentes episódios operacionais, naturalmente de acordo com as concepções táticas e de ordem doutrinária de então; a reconhecida ascendência que exerciam sobre tropas de formação e constituição notadamente heterogêneas, assim como a confiança que inspirava a seus soldados pelo valor pessoal em ação e os exemplos que, seguidamente, proporcionavam, são traços freqüentemente identificados em oficiais de todas as hierarquias que palmilharam o solo brasileiro sob domínio holandês.

Da leitura de documentos de origem quase antagônica pela posição de seus respectivos autores na escala hierárquica, como sejam o Coronel Diederick Van Waerdenburch, comandante da força terrestre que desembarcou em Pernambuco em 1630 (5), e Ambrósio Richshoffer, soldado que com 17 anos de idade participava dos mesmos acontecimentos, e os registra em seu Diário (10), podemos verificar a constante na apreciação e confirmação daqueles atributos de chefia já assinalados, como dominantes nos quadros de oficiais e graduados.

O soldado Richshoffer em seu Diário, além de tratar com deferência e admiração seus superiores, permite mesmo identificar certa amizade pelos de sua Companhia. Demonstra completa aceitação da rigorosa disciplina, particularmente a de bordo, e compreende todas as manifestações da hierarquia e do respectivo cerimonial militar, como sejam Guardas de Honra, salvas e outras, em que põe a extrema rudeza das condições de trabalho, de combate e até mesmo de sobrevivência em certas ocasiões. Os exemplos pessoais de coragem, bravura, discernimento e entusiasmo de oficiais e de graduados, ele constantemente os aponta, porém com discrição que traduz naturalmente. Não há emoção e também não há surpresa.

Há informações sobre os cuidados em exercitar a tropa, inclusive os oficiais oferecendo prêmios para concurso de tiro, e atenções especiais para a capacidade combativa da força antes das ações. Chegavam ao conhecimento da tropa as sanções disciplinares impostas a oficiais faltosos por incapacidade na ação e responsabilizados por isso.

Segundo Richshoffer, o Coronel Waerdenburch desembarcou com a vanguarda de sua força em Pau Amarelo e junto a ela marchou no dia imediato sobre Olinda, participando ativamente do ataque.

Vejamos agora, outros aspectos, através da correspondência oficial do Coronel Waerdenburch com os diretores da Companhia das Índias, instalados na Holanda, longe portanto dos acontecimentos.

Cabe inicialmente recordar que, em suas características fundamentais, a Ação de Comando era exercida de maneira bastante diferente de como se realiza modernamente. Isso porque os conceitos de responsabilidade e a decorrente autoridade — ambas intransferíveis — e vinculando hoje, em condições indeclináveis, a função pessoal do comandante às suas decisões, naquela época ficavam na pluralidade de opiniões dos membros dos Conselhos de Guerra, que como organismos colegiados resolviam na razão de uma eventual maioria.

Embora formados, convocados e presididos pelo respectivo comandante, sua palavra nos Conselhos de Guerra teria, quando muito, o valor de um voto de qualidade, sem oferecer, porém, a expressão autêntica de uma decisão superior e pessoal e, principalmente, responsável.

Bem diferente pois dos atuais Trabalhos de Comando dos nossos Estados-Maiores e, em particular, do ato capital da Decisão, de exclusiva responsabilidade funcional do comandante. Todas as providências importantes, relativas não só à disciplina e à ordem e à aplicação da justiça, como também as de natureza operativa, tanto de administração, como de emprêgo tático, eram submetidas ao Conselho de Guerra. Para a sua constituição concorriam todos os oficiais com formação de comando, de acôrdo com o escalão respectivo, e nas frotas ou armadas ainda os comandantes de embarcações, quando fôsse o caso.

Em maio de 1630, o Coronel Waerdenburch expõe suas preocupações junto à direção da Companhia pela instituição de um Conselho Político no Brasil, a cujos membros foram conferidos “a maior autoridade e o mais alto comando”, de acôrdo com instruções, “e isto com tal prejuízo para a minha posição, que eu não poderia exercer meu cargo sem ficar privado de uma parte de minha autoridade, da qual não posso prescindir para o Comando de minhas tropas”. Reclama ainda o Coronel Waerdenburch: “os senhores Diretores confiaram-me a tarefa principal e por isso me deram grande autoridade; para as outras empresas ou tarefas de menos importância atribuem exclusivamente aos Senhores do Conselho (Político) a escolha dos oficiais, quer superiores, quer inferiores, que devam ser utilizados, muito embora eu, que tenho as provas de capacidade dos oficiais, seja tão capaz como os senhores do Conselho para fazer essa escolha”.

Sobre o Conselho de Guerra reclama o coronel: “... foi-me conferida autoridade para formar este Conselho na ausência do general, presidi-lo e, a fim de que a ordem e a disciplina militares sejam mantidas aqui em conformidade com a ordenança aí em vigor, auxiliar

a administração da boa justiça, mas, após as instruções dos Senhores do Conselho (Político) o Conselho de Guerra ficou de tal maneira reduzido que, em verdade, não será senão uma sombra de Conselho de Guerra..." etc., etc.

Considerando ainda a intromissão do Conselho Político nas atribuições do Conselho de Guerra, alerta para a tendência para o enfraquecimento da disciplina e do respeito dos soldados para com seus superiores. Também a redução de suas atribuições de "dispor dos empregos vagos no território conquistado, expedições contra o inimigo e sítios", sendo transferidas para o Conselho Político a "nomeação dos capitães e tenentes e a mim somente o ato de escolha, com a reserva de receber o escolhido a sua comissão dos Senhores do Conselho, de modo que, todos esses oficiais, vendo pouco poder de que disponho, perderão aos poucos todo respeito por mim".

Pede, afinal o Coronel Waerdenburch, dispensa de suas funções, comprometendo-se porém a não poupar sua pessoa e permanecendo à testa de seu comando "a fim de evitar disputas", até a conclusão dos trabalhos de defesa (do Recife) e proporcionando à Companhia um prazo para "encontrar pessoa capaz que possa preencher o posto".

Em toda a sua correspondência o Coronel Waerdenburch trata com conhecimento de causa, de aspectos técnicos e de planejamento das fortificações, problemas de organização e de logística e observações diversas sobre as características particulares do território. Tudo com muito espírito prático e notável bom-senso. Descreve com objetividade e independência aos Diretores da Companhia as precárias condições de vida e de sobrevivência de sua tropa; relata as dificuldades e percalços de combate e não se furta na apreciação do valor militar do adversário, mostrando-se muito cioso de sua autoridade e do caráter de que esta deve revestir-se, seja na conduta das ações ou mesmo no exercício regular e cotidiano do comando.

Assim como Waerdenburch são quase todos os outros chefes militares de terra e mar, recrutados pela Companhia das Índias para sua empresa no Brasil. Os Almirantes Lonck, um dos vencedores da "frota de prata", Jol e Lichthard — este último então no começo de sua carreira que seria toda "brasileira" — e os coronéis Banckert, Kart, Sickes, Uitgesst, Van Els, Arciszewsky e Schkoppe foram chefes de reconhecido valor no lado holandês. (9)

Afinal, o príncipe João Maurício de Nassau. Seus processos e sugestões ao Alto Conselho da Companhia das Índias, a par da eficiente administração levada a efeito durante os oito anos de seu governo, bem demonstraram sua objetividade na compreensão do panorama do Brasil holandês. Procurou conduzir uma política de conciliação e de transigência, buscando a colaboração dos portugueses por julgá-la indispensável ao bom êxito da empresa. (9)

Como chefe militar, apesar de seu alto cargo, conduziu pessoalmente as expedições sobre o Rio São Francisco e sobre a Paraíba, além de deslocar-se, com frequência, à testa de suas forças em reconhecimento pelo território ocupado.

Sua Ação de Comando caracterizou-se pelo equilíbrio, senso de justiça e elevação de propósitos, reprimindo inúmeros abusos de autoridade, desmandos e atrocidades, não raro exercidas por outros chefes.

DOS LUSO-BRASILEIROS

Três fases bem caracterizam a conduta militar dos luso-brasileiros, do ponto de vista Ação de Comando, durante o longo domínio holandês: a fase da Resistência, a fase da Insurreição e as Batalhas. Em cada uma delas avulta um grande chefe imprimindo sua particular conduta, de acôrdo com as circunstâncias da guerra.

Matias de Albuquerque foi, sem dúvida, o grande general da Resistência. Mandado pelo rei da Espanha para defender o Brasil, aqui chegou trazendo apenas 27 soldados para Pernambuco e uma caravela, e mais duas com munições para a Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande.

Recebendo em 1630, em sua província, o grande impacto da invasão flamenga, muito embora sofrendo sucessivos reveses, soube, com extraordinária habilidade, onerar pesadamente as vitórias inimigas, articulando seus escassos recursos segundo uma estratégia adequada ao desequilíbrio de forças e às imposições do considerável espaço a assegurar.

Tirando partido da disposição do adversário de firmar-se em pontos fortes no litoral e de sua natural inaptidão para estender sua conquista para o interior, pela irresistível dependência e atração pelo mar, Matias de Albuquerque, — conduzindo com superior visão o desenvolvimento de uma tática original, compatível com as eventuais vantagens que suas limitadas forças poderiam oferecer: o conhecimento do terreno, rusticidade da tropa e a capacidade de chefes subordinados para as ações dissociadas — condicionou o inimigo ao confinamento naqueles pontos, mantendo assim o domínio do interior e com isso a sua integral liberdade de manobra. Assim perdura até 1638.

Sua exemplar conduta como Chefe inspirou os mais belos episódios de resistência, proclamados pelo próprio adversário, como o do rio Formoso (*) e outros.

Soube, afinal, despertar o espírito de reação e a vontade de lutar, buscando nas reservas espirituais da população o fator psicológico que, pouco a pouco, germinaria como primeiro sinal de uma nova nacionalidade.

Em 1645, logo após o governo de Nassau, prenuncia-se a Insurreição. João Fernandes Vieira, juntamente com André Vidal de Negueiros são os principais chefes dos "campanhistas" que articulam,

(*) N. da R. — Um dos episódios mais significativos da Guerra Holandesa. Já foi tema de estudo publicado na "Defesa" (n. 477, de Abr 54 — pág. 143 a 150).

acionam e comandam as ruzias, incendiando canaviais, casas-grandes, engenhos e armazens de açúcar, e entrando em território ocupado pelos holandeses com objetivos previstos e missões fixadas. Era a guerra de "terra arrasada", buscando por um lado, eliminar todas as possibilidades de aproveitamento dos recursos locais e das riquezas exploráveis, e por outro, mobilizar a população pelo ódio e pelo terror ao inimigo.

Coincide esta fase com a do declínio da expansão holandesa no Brasil.

Afinal, a fase das Batalhas — GUARARAPES.

Dois aspectos, pelo confronto de atitudes, bem caracterizam a Ação de Comando dos Chefes luso-brasileiros nesta fase.

Em primeiro lugar, a disposição moral de Francisco Barreto de Menezes que, a despeito de prisioneiro, logrou escapar assumindo o comando de suas forças e nele soube conduzir-se com real capacidade, aproveitando a experiência e o conhecimento de seus subordinados — capitães verdadeiramente senhores da "Guerra Brasileira" —, e na qual ele próprio não havia sido experimentado.

O outro aspecto é o da elevação — diríamos até, a "disciplina intelectual" — com que sua autoridade foi aceita, integralmente, pelos legítimos empreendedores da Restauração Pernambucana.

O IV Exército é hoje o herdeiro natural de todas as tradições militares dessa gloriosa Campanha, que nos alvôres da nacionalidade brasileira firmaram, com o tinir de suas armas e o sangue de seus heróis, os padrões fundamentais do Exército Brasileiro, em termos de — Instrução, Enquadramento e Ação de Comando.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS

- CARRIAS, E. — Cel — *La Pensée Militaire Française* — Paris, 1959 (1).
- SELVAGEM, C. — Cap — *Portugal Militar* — Lisboa, 1931, por empréstimo do Prof. Gonsalves de Mello. (2)
- SOUZA JÚNIOR, A. — Maj — *Do Recôncavo aos Guararapes* — Rio, 1949 (3).
- GONSALVES DE MELLO, J. A. — Cristóvão Alvares — *Engenheiro em Pernambuco (1608-1638)* — Recife, 1961 (4).
- WAERDENBURCH — Cel — in "*Documentos Holandeses*" — 1º vol. (único pub.) — Rio, 1945, por emprést. do Prof. Gonsalves de Mello. (5)
- VARNHAGEN, F. A. — *História das lutas com os Holandeses no Brasil* — São Paulo, 1942 (6).
- RODRIGUES, WASTH — *Trajes civis e militares em Pernambuco durante o Domínio Holandês* — in *Rev. do Arquivo Público*, Ano IV, nº VI — Recife, 1949 (7).
- ALVES PINTO, L. — Maj — "*A Guerra, expressão de valores culturais — Guararapes, um exemplo*" — *Rev. cit.*, por emp. da Bibl./QG IV Ex. (8)

- RICHSHOFFER, A. — Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais — trad. de A. Carvalho — Recife, 1897, por emp. do Prof. Gonçalves de Mello. (10)
- CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (VII) — Memórias e Comunicações apresentadas ao ... — Tomo I — I Secção — Lisboa, 1940, por empr. do Prof. Gonçalves de Mello. (11)
- DUARTE COELHO — Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638) trad. — Recife, 1944. (12)
- NETSCHER, P. M. — Os Holandeses no Brasil — trad. — São Paulo, 1942.
- WATJEN, H. — O Domínio Colonial Holandês no Brasil — trad. — São Paulo, 1938.
- CALADO, M. Frei — O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade — Recife, 1942.
- BOXER, C. R. — Os Holandeses no Brasil — trad. — São Paulo, 1961.
- SOUZA JUNIOR, A. — Ten-Cel — "Aspectos militares da 1ª Batalha dos Guararapes" in Rev. do Arquivo Público, n. cit.
- PIRES DE LIMA, D. — A Defesa do Brasil de 1603 a 1661 — in "Congresso do Mundo Português" — Lisboa, 1940, por emp. do Prof. Gonçalves de Mello.
- LOBATO FILHO — Gen — As duas Batalhas dos Guararapes — Rio, 1955.
- PALMEIRA, J. C. — Cap — Batalha dos Guararapes — Rio, 1932.
- MAGALHÃES, J. B. — Cel — A Batalha do Monte das Tabocas — Rio, 1946.
- MUSEU HIST. NACIONAL — Catálogo (de armas e petrechos bélicos) para a Exposição Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana — Pernambuco, 1954.
- Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram na Província de Pernambuco — Rev. do Inst. Arqueológico e Geográfico de Pernambuco — n. 46, pág. 171/194.



EM FACE DO COMUNISMO — 4

"Junta-se a isso, em muitos casos, uma dose boa de pedantismo. E o resultado é o comunismo teórico de muitos elementos das chamadas classes intelectuais. É nesse ponto que reside a parte mais perigosa da infiltração vermelha. Pois esse comunismo teórico assume todos os aspectos e vai desde a complacência liberal dos que temem opor-se ao movimento, para não serem acusados de retrógrados ou ignorantes, até a convicção profunda....."

(Tristão de Ataíde)